

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|--|---|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 3 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 5 |
| 5.4 - Alterações significativas | 6 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 7 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 13 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 17 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 18 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 19 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 35 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 36 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 37 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 38 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativamente, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros:

Riscos relacionados às operações internacionais e de exportação da Companhia.

A receita líquida de vendas da Companhia proveniente do mercado externo representou aproximadamente 27,1% em 2011. As atividades internacionais da Companhia a expõem a riscos não enfrentados por empresas com atuação restrita ao Brasil. Um risco significativo é a possibilidade de as operações internacionais serem afetadas por restrições e tarifas de importação ou outras medidas de proteção ao comércio e exigências de licença de importação ou exportação. O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos principais mercados da Companhia. Outros riscos associados às operações internacionais da Companhia incluem: (i) variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera; (ii) controles cambiais; (iii) alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de um região específica, em particular de mercados emergentes; (iv) consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias; (v) dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis, tratados e regulamentos internacionais complexos; (vi) alíquotas de tributos; (vii) consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária; e (viii) custos de distribuição, interrupções do transporte ou redução da disponibilidade de transporte fretado. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo sobre os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

Riscos relacionados à variação cambial.

A Companhia mantém proteção contra riscos de flutuações cambiais sobre os ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos, por meio de operações de *forward*. Essas operações são administradas de acordo com a estratégia pré-estabelecidas e são acompanhadas por adequados sistemas de controle.

Além disso, a volatilidade nas taxas de câmbio entre o Real e as moedas de outros países em que a Companhia está presente pode elevar o seu custo de serviço da dívida em moeda estrangeira e afetar negativamente o desempenho financeiro e operacional a nível consolidado da Companhia.

Riscos relacionados ao crédito.

A política de vendas das diversas unidades da Companhia é subordinada às normas fixadas pela Administração, as quais procuram minimizar os eventuais problemas de inadimplência de clientes. Este objetivo é atingido através da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento e através da diversificação das contas a receber (pulverização do risco). Para limitar o risco de crédito, por garantias dadas nos financiamentos aos clientes, a Companhia adota como política a venda do produto com reserva de domínio, com garantias reais e avais pessoais dos clientes. Nas exportações, a empresa adota como prática, a garantia das operações através de cartas de crédito e/ou outras garantias que assegurem a liquidez das operações. Além das garantias diretas constituídas pelo cliente, são estabelecidos limites de crédito por país e individualizados por cliente. A carteira de clientes é convenientemente diversificada e geograficamente bem

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

distribuída. A Companhia habitualmente constitui provisões para todas as demandas comprováveis de desfechos desfavoráveis. Além disso, são constituídas provisões para cobrir custos de assistência técnica aos produtos vendidos e perdas nos estoques. Na política de crédito, os mesmos critérios são seguidos nas operações do Banco Moneo.

Riscos relacionados à inflação e às medidas tomadas pelo Governo Federal para combatê-la.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A inflação e certos atos do governo para combatê-la já causaram efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos períodos anteriores. No entanto, pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combatê-las, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. As pressões inflacionárias podem levar a intervenções governamentais sobre a economia, incluindo a introdução de políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente as operações da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, seus objetivos, estratégias e instrumentos:*****a. riscos para os quais se busca proteção:***

A Companhia busca proteção contra riscos das variações de taxas de câmbio das exportações da Controladora e empresas ligadas.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge):

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente pelo Comitê de Auditoria e Riscos e por executivos financeiros da Companhia, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da administração na gestão desses riscos, determinando os limites de posição e exposição. A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. As estratégias utilizadas pela Companhia vão desde análises detalhadas das demonstrações financeiras dos clientes da Companhia e consultas a órgãos de monitoramento de crédito.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):**Risco de taxas de juros**

O risco de taxa de juros sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos é reduzido, através da estratégia de equalização das taxas contratadas à taxa CDI, por meio de contratos de mercado futuro em bolsa de valores.

Risco de variação cambial

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira, são protegidos através da estratégia de minimização da posição diária de ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio, através da contratação de *hedge* de futuro de câmbio na BM&FBovespa e contratos de *swap* (troca de variação cambial por variação da taxa CDI).

Risco de crédito

A Companhia é potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados com as contas a receber. As estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 5,0% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas a órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado***d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:*****Risco de taxas de juros**

Os parâmetros para cobertura levam em consideração a relevância da exposição líquida, baseados em valores, prazos e taxas de juros em comparação com a taxa CDI.

Risco de variação cambial

O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados em Reais contra suas obrigações não denominadas em Reais, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia.

Risco de crédito

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas para a Companhia em caso de inadimplência ou implementação de barreiras comerciais em países para os quais exporta. O risco por mercado de exposição é monitorado pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

A Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial (*hedge*).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pelo Diretor Financeiro e pelo Diretor Geral, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Os controles são periodicamente auditados internamente (Auditoria Interna).

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

A Companhia possui um Comitê de Auditoria e Riscos ligado ao Conselho de Administração que, juntamente com a Diretoria, por meio da estrutura organizacional da Companhia, monitora e avalia a adequação das suas operações com as políticas adotadas, contando com o apoio da Auditoria Interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada:

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O ano de 2009 começou sob forte turbulência provocada pelo colapso do sistema financeiro internacional. Os fluxos comerciais diminuíram drasticamente e inúmeros pacotes de estímulos econômicos surgiram ao redor do mundo. No Brasil, o esforço foi concentrado em ampliar o consumo interno e apoiar a indústria nacional. Porém, isso não impediu que a falta de crédito e o encarecimento das linhas de financiamento afetassem a demanda por bens de capital em geral. No caso da Marcopolo, a queda na demanda foi sentida desde os primeiros meses do ano e a retomada do mercado de ônibus iniciou-se somente no último trimestre.

O ano de 2010 caracterizou-se para a Marcopolo como um ano de recuperação da demanda interna no Brasil, de maturação dos investimentos em suas unidades no exterior, principalmente na Índia e no Egito, e de consistentes resultados operacionais e financeiros.

O ano de 2011 foi um marco para a Marcopolo, que registrou recordes de receita e produção. A Companhia seguiu sua estratégia de internacionalização e anunciou, no dia 13 de setembro, acordo para a constituição de uma *joint venture* comercial, na Rússia, com o Grupo OJSC KAMAZ, maior empresa automobilística daquele país. No dia 13 de dezembro, a Companhia comunicou a assinatura de contrato para a aquisição de 75,0% de participação na empresa Volgren Australia Pty. Limited, maior encarregadora de ônibus da Austrália, com participação de mercado superior a 40%, sediada em Melbourne.

A Companhia finalizou o ano de 2011 com saudáveis condições patrimoniais e financeiras:

- ✓ Consistente geração de lucros;
- ✓ Geração operacional de caixa e confortável posição financeira;
- ✓ Adequada estrutura de capital, com financiamento de terceiros a custos competitivos;
- ✓ Caixa líquido no segmento industrial;

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Considerando-se a dívida bruta do segmento industrial ao final do exercício de 2009, 30,1% eram de curto prazo (R\$ 212,9 milhões) e 69,9% de longo prazo (R\$ 494,0 milhões). Considerando a consolidação do Banco Moneo S.A. a dívida bruta ao final do exercício de 2009 era composta por 30,5% de curto prazo (R\$ 379,8 milhões) e 69,5% de longo prazo (R\$ 866,2 milhões). Em 31 de dezembro de 2009, a dívida bruta consolidada era composta por 82,1% em reais e 17,9% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O indicador de dívida bruta do segmento industrial em relação à capitalização total da Companhia foi de 49,2% em 31/12/2009.

Ao final do exercício de 2010, 12,9% da dívida bruta do segmento industrial era de curto prazo (R\$ 102,6 milhões) e 87,1% de longo prazo (R\$ 689,1 milhões). Considerando a consolidação do Banco Moneo S.A., a dívida bruta ao final do exercício de 2010 era composta por 19,7% de curto prazo (R\$ 268,2 milhões) e 80,3% de longo prazo (R\$ 1.094,4 milhões). Em 31 de dezembro de 2010, a dívida bruta consolidada era composta por 90,9% em reais e 9,1% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

indicador de dívida bruta do segmento industrial em relação à capitalização total da Companhia foi de 45,3% em 31/12/2010.

Ao final do exercício de 2011, 47,4% da dívida bruta do segmento industrial era de curto prazo (R\$ 434,5 milhões) e 52,6% de longo prazo (R\$ 481,4 milhões). Considerando a consolidação do Banco Moneo S.A., a dívida bruta ao final do exercício de 2011 era composta por 41,5% de curto prazo (R\$ 617,2 milhões) e 58,5% de longo prazo (R\$ 869,8 milhões). Em 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta consolidada era composta por 82,0% em reais e 18,0% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O indicador de dívida bruta do segmento industrial em relação à capitalização total da Companhia foi de 44,1% em 31/12/2011.

i. Hipóteses de resgate

Não se aplica.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O caixa disponível ao final de 2009 era 30% superior ao valor de todos os compromissos financeiros de curto prazo. O endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,1 vezes o EBITDA (ajustado) em 31/12/2009.

O caixa disponível ao final de 2010 era aproximadamente 2,2 vezes superior aos passivos financeiros de curto prazo. O segmento industrial apresentava caixa líquido de R\$ 8,4 milhões em 31/12/2010.

O caixa disponível ao final de 2011 era aproximadamente 2,2 vezes superior ao passivo financeiro de curto prazo do segmento industrial. O segmento industrial apresentava caixa líquido de R\$ 53,1 milhões em 31/12/2011.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos e pré embarques atrelados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP e o FINAME.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

ACCs, pré pagamento, pré embarque, FINEP e FINAME.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

| | Taxa média ponderada - % a.a. | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------------------------------|--------------|----------|-------------|-----------|
| | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Moeda nacional | | | | | |
| FINAME | 6,93 | 9.474 | 8.177 | 13.356 | 10.341 |
| Empréstimos bancários | 9,00 | 1.414 | 1.215 | 8.980 | 18.951 |
| FINEP | 5,62 | 107.312 | 110.416 | 116.156 | 118.156 |
| Pré-embarque especial | 5,42 | 648.166 | 516.095 | 648.166 | 516.095 |
| Moeda estrangeira | | | | | |
| Adiantamentos de contratos de câmbio | 2,14 | 20.666 | | 20.666 | 15 |
| Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos | 3,87 | 48.272 | 60.743 | 48.272 | 61.143 |
| Financiamento em dólares | 4,50 | | | 19.377 | 15.525 |
| Financiamento em pesos argentinos | 17,28 | | | 4.885 | 3.723 |
| Financiamento em pesos colombianos | 5,17 | | | 11.563 | 21.235 |
| Financiamento em rupias indianas | 9,37 | | | 13.617 | 18.982 |
| Financiamento em remimbi | 4,20 | | | 6.237 | 3.025 |
| Captações no mercado aberto | | | | | |
| Moeda nacional | | | | | |
| BNDDES | TJLP + 1,00 | | | 571.063 | 574.660 |
| | | 835.304 | 696.646 | 1.482.338 | 1.361.851 |
| Passivo circulante | | (376.809) | (58.031) | (612.529) | (267.412) |
| Passivo não circulante | | 458.495 | 638.615 | 869.809 | 1.094.439 |

| | Taxa Média Ponderada % a.a. | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------------------|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Moeda nacional | | | | | |
| FINAME | 2,32 | 7.673 | 1.927 | 8.547 | 3.085 |
| Empréstimos bancários | 2,58 | 1.805 | 34.389 | 46.187 | 35.813 |
| FINEP | 6,29 | 106.568 | 80.629 | 116.572 | 127.964 |
| Pré-embarque especial | 4,83 | 315.349 | 209.300 | 315.349 | 209.300 |
| FIDC - Marcopolo Financeiro | CDI + 1,40 | | | 24.573 | 33.911 |
| Moeda estrangeira | | | | | |
| Adiantamentos de contratos de câmbio | 4,54 | 45.484 | 69.038 | 48.432 | 78.898 |
| Pré-pagamento de exportação em Dólares norte-americanos | 2,24 | 70.190 | 94.952 | 71.028 | 96.450 |
| Financiamento em dólares | 6,75 | 17.476 | 13.653 | 21.363 | 148.918 |
| Financiamento em pesos argentinos | 20,00 | | | 2.319 | 2.718 |
| Financiamento em pesos colombianos | 8,32 | | | 17.157 | 27.410 |
| Financiamento em randes sul-africanos | 10,00 | | | 26.062 | 6.850 |
| Financiamento em euros | 5,50 | | | 14.283 | 10.488 |
| Financiamento em rúpias indianas | 11,00 | | | 27.997 | 23.306 |
| Captações no mercado aberto | | | | | |
| Moeda nacional | | | | | |
| BNDDES | TJLP + 1,00 | | | 514.493 | 375.008 |
| | | 564.545 | 503.888 | 1.254.362 | 1.180.119 |
| Passivo circulante | | (126.682) | (287.594) | (385.633) | (628.416) |
| Passivo não circulante | | 437.863 | 216.294 | 868.729 | 551.703 |

Ao final de 2011, as parcelas a longo prazo tinham o seguinte cronograma de pagamento:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------|---------------------|----------------|--------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| De 13 a 24 meses | 395.935 | 341.909 | 564.100 | 527.147 |
| De 25 a 36 meses | 52.894 | 282.756 | 295.874 | 521.164 |
| Após 36 meses | 9.666 | 13.950 | 9.835 | 46.128 |
| | <u>458.495</u> | <u>638.615</u> | <u>869.809</u> | <u>1.094.439</u> |

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

- ✓ Em 2009, a receita líquida consolidada alcançou R\$ 2.023,8 milhões. As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 1.383,2 milhões. As exportações somadas aos negócios no exterior atingiram R\$ 640,6 milhões.

Em 2010, a receita líquida consolidada alcançou R\$ 2.964,5 milhões, 46,5% acima dos R\$ 2.023,8 milhões do exercício de 2009. As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 2.079,7 milhões, 50,4% superior aos R\$ 1.383,2 milhões do exercício anterior, representando 70,2% da receita líquida total. As exportações somadas aos negócios no exterior atingiram a receita de R\$ 884,8 milhões, contra R\$ 640,6 milhões no exercício anterior, crescimento de 38,1%

Em 2011, a receita líquida consolidada alcançou R\$ 3.368,9 milhões, 13,6% acima dos R\$ 2.964,5 milhões do exercício de 2010. As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 2.456,6 milhões, 18,1% superior aos R\$ 2.079,7 milhões do exercício anterior, representando 72,9% da receita líquida total (70,2% em 2010). As exportações somadas aos negócios no exterior atingiram a receita de R\$ 912,3 milhões, contra R\$ 884,8 milhões no exercício anterior, crescimento de 3,1%.

- ✓ Em 2009 a margem bruta foi de 19,0%. Em 2010, o lucro bruto totalizou R\$ 631,3 milhões, com margem de 21,3% da receita líquida. A melhora de 2,3 pontos percentuais na margem decorre principalmente dos ganhos de eficiência em função de investimentos realizados para atualização tecnológica das unidades fabris e da melhora no *mix* de vendas, com participação maior dos modelos rodoviários Geração 7. Em contrapartida, a valorização cambial ao longo de 2010 comprimiu as margens das exportações. O resultado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dos *hedges* cambiais, que somou R\$ 11,2 milhões, deixou de transitar pela margem bruta, sendo registrado na linha de "Receitas Financeiras" das demonstrações financeiras. Além disso, o ajuste a valor presente líquido das vendas e compras a prazo, que também deixou de transitar pela margem bruta, foi de R\$ 16,1 milhões em 2010.

Em 2011, o lucro bruto totalizou R\$ 741,7 milhões, 17,5% superior aos R\$ 631,3 milhões de 2010, ou 22,0% da receita líquida (21,3% em 2010). Cabe destacar que a melhora da rentabilidade apresentada nos últimos anos é fruto, principalmente, de um plano de investimentos que objetivou, além da manutenção e expansão do seu parque fabril, a atualização tecnológica de máquinas e equipamentos que proporcionaram maior eficiência e redução de custos. O lançamento de novos produtos, a gestão de materiais, com foco na redução do desperdício, e o volume elevado de produção, que diluíram os custos fixos, também contribuíram para os resultados alcançados.

- ✓ As despesas com vendas somaram R\$ 152,2 milhões em 2009 e representaram 7,4% da receita líquida, enquanto que no ano anterior estas despesas foram de R\$ 146,2 milhões ou 5,8% da receita. Este aumento decorreu, basicamente, das provisões para crédito de liquidação duvidosa de R\$ 25,4 milhões (R\$ 8,5 milhões em 2008) realizadas pelo Banco Moneo.

As despesas com vendas somaram R\$ 162,7 milhões em 2010 e representaram 5,5% da receita líquida, enquanto que no ano anterior estas despesas foram de R\$ 148,5 milhões, ou 7,3% da receita. Apesar do aumento nominal de R\$ 14,1 milhões, explicado pelo maior volume de vendas em 2010, o percentual sobre a receita líquida diminuiu.

As despesas com vendas aumentaram de R\$ 162,7 milhões em 2010 para R\$ 173,5 milhões em 2011, explicado pelo maior volume de vendas. Ressalta-se, entretanto, que a participação em relação à receita líquida diminuiu de 5,5% para 5,2% no período analisado.

- ✓ Em 2009, o saldo líquido das despesas e receitas operacionais foi de R\$ 4,3 milhões positivos.

Em 2010, o saldo líquido das outras receitas e despesas operacionais foi de R\$ 26,2 milhões positivos contra R\$ 4,3 milhões também positivos em 2009. Este resultado é proveniente, em grande parte, do êxito em ações judiciais relativas ao PIS e COFINS.

Em 2011, o saldo líquido das outras receitas e despesas operacionais foi de R\$ 3,3 milhões negativos, decorrente basicamente de despesas em processos judiciais, contra R\$ 26,2 milhões positivos em 2010, explicado, em grande parte, do êxito em ações judiciais relativas ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

- ✓ O resultado financeiro líquido em 2009 foi positivo em \$ 49,3 milhões e em 2010 também foi positivo em R\$ 78,2 milhões. Estes resultados foram originados pelos *hedges* cambiais sobre os contratos de exportação no valor de R\$ 11,2 milhões, pelo ajuste a valor presente líquido das vendas e compras a prazo e por aplicações financeiras. Em 2010, as receitas financeiras somaram R\$ 208,8 milhões no ano e as despesas financeiras foram de R\$ 130,6 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 67,5 milhões em 2011, contra um resultado também positivo de R\$ 78,2 milhões em 2010. Este resultado foi originado, principalmente, por aplicações financeiras e pelo ajuste a valor presente líquido das vendas e compras a prazo. As receitas financeiras somaram R\$ 249,8 milhões no ano contra R\$ 208,8 milhões no exercício anterior, e as despesas financeiras foram de R\$ 182,3 milhões em 2011 e de R\$ 130,6 milhões em 2010.

- ✓ O lucro líquido de 2009 atingiu R\$ 125,0 milhões. Em 2010, o lucro líquido foi de R\$ 295,8 milhões e a margem líquida situou-se em 10,0%, contra 6,2% em 2009, resultado da melhora da margem bruta e do maior resultado financeiro.

O lucro líquido de 2011 atingiu R\$ 344,0 milhões, crescimento de 16,3% sobre os R\$ 295,8 milhões do exercício anterior. A margem líquida situou-se em 10,2% em 2011, em linha com a margem de 2010.

- ✓ Em 2009, as atividades operacionais geraram recursos de R\$ 166,6 milhões. As atividades de investimentos demandaram R\$ 104,0 milhões consumidos em ativos permanentes. As atividades de financiamento geraram R\$ 11,7 milhões. Como resultado, o saldo inicial de caixa de R\$ 434,3 milhões, descontado de R\$ 4,7 milhões de variação cambial sobre o caixa, aumentou para R\$ 503,9 milhões ao final do ano.

Em 2010, as atividades operacionais geraram recursos de R\$ 258,6 milhões. As atividades de investimentos demandaram R\$ 81,5 milhões, enquanto que as atividades de financiamento consumiram R\$ 2,1 milhões. Como resultado, o saldo inicial de caixa de R\$ 499,0 milhões, descontado de R\$ 1,9 milhão de variação cambial sobre o caixa, aumentou para R\$ 672,1 milhões ao final do ano.

Em 2011, as atividades operacionais geraram recursos de R\$ 381,8 milhões. As atividades de investimentos demandaram R\$ 74,7 milhões, enquanto que as atividades de financiamento consumiram R\$ 78,0 milhões. Como resultado, o saldo inicial de caixa de R\$ 672,1 milhões, somando R\$ 3,1 milhões de variação cambial sobre o caixa, aumentou para R\$ 904,3 milhões ao final do ano.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

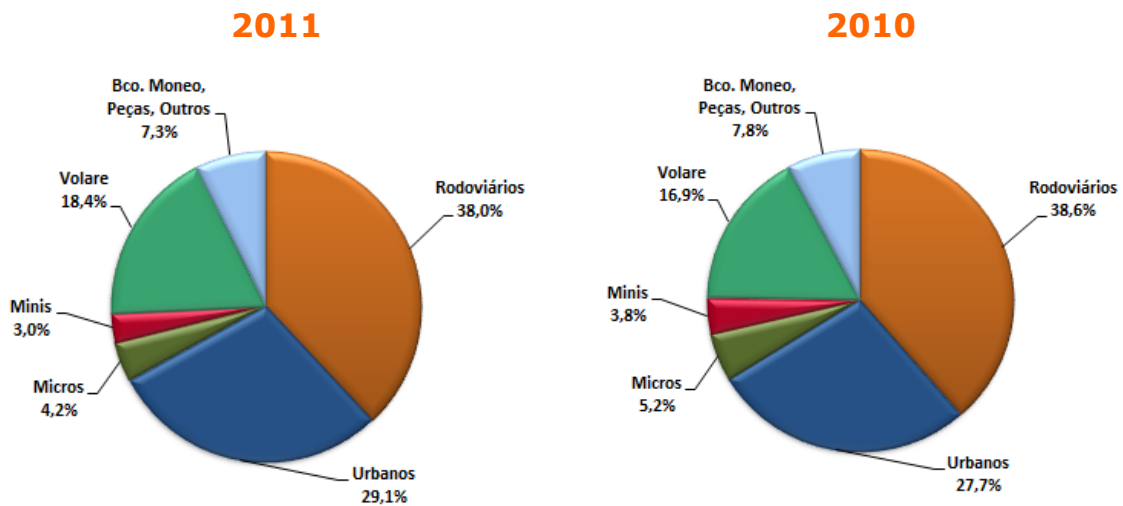
10.2. a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Da receita líquida total consolidada de 2009, 70,3% originaram-se das vendas de carrocerias, 21,1% da comercialização de Volares, e 8,6% pelas receitas de peças, chassis e do Banco Moneo.

Da receita líquida consolidada de 2010, 75,3% originaram-se das vendas de carrocerias, 16,9% da comercialização de Volares, e 7,8% das receitas de peças e do Banco Moneo.

Do total da receita líquida consolidada de 2011, 74,3% originaram-se das vendas de carrocerias, 18,4% da comercialização de Volares, e 7,3% das receitas de peças e do Banco Moneo. Os gráficos abaixo mostram mais detalhadamente a origem da receita consolidada por linha de produtos (em %).



ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2009 a margem bruta foi de 19,0%. Em 2010, o lucro bruto totalizou R\$ 631,3 milhões, com margem de 21,3% da receita líquida. A melhora de 2,3 pontos percentuais na margem decorre principalmente dos ganhos de eficiência em função de investimentos realizados para atualização tecnológica das unidades fabris e da melhora no *mix* de vendas, com participação maior dos modelos rodoviários Geração 7. Em contrapartida, a valorização cambial ao longo de 2010 comprimiu as margens das exportações.

Em 2011, o lucro bruto totalizou R\$ 741,7 milhões, ou 22,0% da receita líquida. Cabe destacar que a melhora da rentabilidade apresentada nos últimos anos é fruto, principalmente, de um plano de investimentos que objetivou, além da manutenção e expansão do seu parque fabril, a atualização tecnológica de máquinas e equipamentos que proporcionaram maior eficiência e redução de custos. O lançamento de novos produtos, a gestão de materiais, com foco na redução do desperdício, e o volume elevado de produção, que diluíram os custos fixos, também contribuíram para os resultados alcançados.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações cambiais entre o Real, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e as moedas dos países onde opera.

Em decorrência das sete unidades da Marcopolo no exterior, onde cada operação apura seus resultados em sua moeda funcional, oscilações no câmbio entre essa moeda e o Real podem afetar os resultados operacionais da Companhia.

Os resultados apresentados nos últimos 3 anos foram beneficiados por vários fatores como: o crescimento do PIB brasileiro, as favoráveis condições de financiamento, o câmbio mais competitivo para as empresas exportadoras, a forte demanda por renovação da frota de ônibus, o programa "Caminho da Escola" do Governo Federal e a baixa inflação de materiais.

O ano de 2009 começou sob forte turbulência provocada pelo colapso do sistema financeiro internacional. Os fluxos comerciais diminuíram drasticamente e inúmeros pacotes de estímulos econômicos surgiram ao redor do mundo. No Brasil, o esforço foi concentrado em ampliar o consumo interno e apoiar a indústria nacional. Porém, isso não impediu que a falta de crédito e o encarecimento das linhas de financiamento afetassem a demanda por bens de capital em geral. No caso da Marcopolo, a queda na demanda foi sentida desde os primeiros meses do ano e a retomada do mercado de ônibus iniciou-se somente no último trimestre. A Companhia não mediu esforços no sentido da redução de custos, do aumento da eficiência operacional e da manutenção do seu quadro de pessoal. A adequação à nova realidade possibilitou à Marcopolo sair fortalecida em um ano desafiador, mostrando seu potencial de adaptação aos diferentes cenários. Em junho deste ano, a Marcopolo apresentou ao mercado os primeiros modelos da nova família de ônibus rodoviários da Geração 7. Esta nova geração é resultado de mais de três anos de desenvolvimento e pesquisa de campo, com investimentos da ordem de R\$ 30,0 milhões. A Geração 7 criou um novo padrão de qualidade, conforto, segurança, robustez e economia, aliado a um *design* inovador e futurista, e tem o foco voltado ao atendimento das necessidades e demandas dos usuários, e à redução dos custos dos operadores. O seu sucesso ficou comprovado pelas encomendas realizadas desde o lançamento, superando as expectativas iniciais da Companhia.

Já em 2010, o ano foi caracterizado para a Marcopolo como um ano de recuperação da demanda interna no Brasil, de investimentos em suas unidades no Brasil e no exterior e de consistentes resultados operacionais e financeiros. A indústria de carrocerias de ônibus no Brasil vivenciou um ano de retomada, após a retração do ano de 2009. A produção brasileira totalizou 33.395 unidades, contra 25.645 em 2009, aumento de 30,2%. Pelo fato de ser um veículo vendido completo, o VOLARE não é computado na produção brasileira de carrocerias. Se considerada a produção deste tipo de veículo, a produção nacional foi de 37.291 unidades em 2010.

Em 2011, a produção brasileira de carrocerias de ônibus foi recorde, totalizando 35.989 unidades, 7,8% superior às 33.395 unidades produzidas em 2010. Pelo fato de ser um veículo vendido completo, o VOLARE não é computado na produção brasileira de carrocerias. Se considerada a produção deste tipo de veículo, a produção nacional foi de 40.859 unidades em 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O ano de 2011 foi um marco para a Companhia, que registrou recordes de receita e produção. A Companhia seguiu sua estratégia de internacionalização e anunciou, no dia 13 de setembro, acordo para a constituição de uma *joint venture* comercial, na Rússia, com o Grupo OJSC KAMAZ, maior empresa automobilística daquele país. No dia 13 de dezembro, a Companhia comunicou a assinatura de contrato para a aquisição de 75,0% de participação na empresa Volgren Australia Pty. Limited, maior encarregadora de ônibus da Austrália, com participação de mercado superior a 40%, sediada em Melbourne.

O mercado interno brasileiro seguiu sendo o grande propulsor da demanda. A Marcopolo operou durante o ano todo com elevada utilização da capacidade instalada e realizou investimentos importantes na expansão e modernização de suas unidades fabris, bem como na melhoria da eficiência operacional e na gestão da qualidade de seus produtos.

No exterior, os destaques de 2011 ficaram por conta da Superpolo, na Colômbia, da Metalpar, na Argentina, e da Tata Marcopolo Motors Ltda., na Índia, que aumentaram suas produções em 42,5%, 78,8% e 20,9%, respectivamente. As operações internacionais da Marcopolo contribuíram com 32,8% da produção consolidada, com volume de 10.337 unidades.

Ainda em 2011, a Marcopolo lançou um modelo de BRT (*Bus Rapid Transit*) que será utilizado na modernização dos sistemas de transporte dos grandes centros urbanos. Complementou também a Geração 7 de ônibus rodoviários, lançando os modelos Double Decker e Low Driver, bem como a nova geração do Volare, denominada W FLY, nas versões Urbano, Executivo e Limousine.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O aço e o alumínio são os principais insumos metálicos no custo de produção da Marcopolo. No Brasil, os preços destes insumos vêm se mantendo estáveis nos últimos exercícios, de modo que a inflação de materiais não vem afetando as margens da Companhia. Por outro lado, a inflação de mão de obra, que representa cerca de 22% do custo de produção da Marcopolo, atualmente é a principal preocupação da Companhia.

Além do que já foi comentado nos itens anteriores, cabe ressaltar que o resultado financeiro líquido foi positivo nos últimos três anos, em \$ 49,3 milhões em 2009, R\$ 78,2 milhões em 2010 e R\$ 67,5 milhões em 2011. Estes resultados foram originados, principalmente, por aplicações financeiras e pelo ajuste a valor presente líquido das vendas e compras a prazo.

Em 2009, o resultado dos *hedges* cambiais, que somou R\$ 11,2 milhões, deixou de transitar pela margem bruta, sendo registrado na linha de "Receitas Financeiras" das demonstrações financeiras. Além disso, o ajuste a valor presente líquido das vendas e compras a prazo, que também deixou de transitar pela margem bruta, foi de R\$ 16,1 milhões em 2010.

Em 2010, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 78,2 milhões, contra um resultado também positivo de R\$ 49,3 milhões em 2009. Este resultado foi originado pelos *hedges* cambiais sobre os contratos de exportação no valor de R\$ 11,2 milhões, pelo ajuste a valor presente líquido das vendas e compras a prazo no montante de R\$ 16,1 milhões e por aplicações financeiras. As receitas financeiras somaram R\$ 208,8 milhões no ano e as despesas financeiras foram de R\$ 130,6 milhões em 2010.

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 67,5 milhões em 2011. Este resultado foi originado, principalmente, por aplicações financeiras e pelo

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

ajuste a valor presente líquido das vendas e compras a prazo. As receitas financeiras somaram R\$ 249,8 milhões no ano e as despesas financeiras foram de R\$ 182,3 milhões em 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:****a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia anunciou, no dia 13 de setembro, acordo para a constituição de uma joint venture comercial, na Rússia, com o Grupo OJSC KAMAZ, maior empresa automobilística daquele país. O objetivo da joint venture, a ser constituída em uma base paritária, será a venda de ônibus completos, com carroceria Marcopolo e chassi KAMAZ, e motorização EURO 4, que atende aos padrões de emissão de poluentes da Rússia e países da Comunidade dos Estados Independentes. Sob encomenda da joint venture, os ônibus serão montados nas instalações da OJSC NEFAZ, subsidiária do Grupo OJSC KAMAZ, na cidade de Neftekamsk, República do Bashkortostan. A *joint venture* planeja iniciar suas atividades em 2012, quando estima comercializar 250 unidades, podendo atingir, em 2016, volume de 3.000 unidades anuais.

No dia 13 de dezembro, a Companhia comunicou a assinatura de contrato para a aquisição de 75,0% de participação na empresa Volgren Australia Pty. Limited, maior encarregadora de ônibus da Austrália, com participação de mercado superior a 40%, sediada em Melbourne. A Volgren é a maior encarregadora de ônibus da Austrália e conta com mais de 560 funcionários. A empresa tem presença em todo o território australiano com mais de 40,0% de participação de mercado. No ano fiscal de julho/10 a junho/11, a Companhia registrou vendas de 698 unidades com receita de A\$ 207,1 milhões (dólares australianos). O valor a ser desembolsado pela participação de 75,0% da Volgren consistirá de uma antecipação de A\$ 52,5 milhões (dólares australianos), e ajustes relativos à performance da Companhia com base no EBITDA dos próximos três anos. A Marcopolo detém o direito de exercer os demais 25,0% de participação ao final de três anos. Conforme guidance divulgado ao mercado no dia 16 de dezembro de 2011, a Marcopolo estima consolidar 400 unidades produzidas pela Volgren no exercício de 2012. Em fevereiro de 2012 foi desembolsado o valor de R\$ 86,5 milhões referente a aquisição de 75,0% da Volgren.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras.

1 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (goodwill). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Investimentos em empresas com controle compartilhado (*joint ventures*)

Empresas com controle compartilhado (*joint ventures*) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Portanto as demonstrações financeiras das empresas com controle compartilhado são consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

As perdas em empresas com controle compartilhado em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada em conjunto na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

(iii) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

| Controladas | Denominação | Moeda funcional | País |
|--|--------------------|------------------------|---------------|
| Banco Moneo S.A. | Banco Moneo | Reais | Brasil |
| Ciferal Indústria de Ônibus Ltda. | Ciferal | Reais | Brasil |
| Ilmot International Corporation. | Ilmot | Dólar | Uruguai |
| Laureano S.A. | Laureano | Peso Argentino | Argentina |
| Marcopolo Argentina S.A. | Marsa | Peso Argentino | Argentina |
| Marcopolo Auto Components Co. | MAC | Remimbi | China |
| Marcopolo Indústria de Carroçarias Ltda. | MPC | Euro | Portugal |
| Marcopolo International Corp. | MIC | Dólar | Ilhas Virgens |
| Marcopolo International Corporation S.A. | MIC UY | Dólar | Uruguai |
| Marcopolo Latinoamérica S.A. | Mapla | Peso Argentino | Argentina |
| Marcopolo South África Pty Ltd. | Masa | Rand | África do Sul |
| Marcopolo Trading S.A. | Trading | Reais | Brasil |
| Moneo Investimentos S.A. | Moneo | Reais | Brasil |
| Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda. | Syncroparts | Reais | Brasil |
| PoloAutoRus LLC. | PoloRus | Rubro | Rússia |
| Polo Serviços em Plásticos Ltda. | Polo Serviços | Reais | Brasil |
| Polomex S.A. de C.V. | Polomex | Dólar | México |
| Fundo de Investimentos Paradiso Multimercado. | Fundo Paradiso | Reais | Brasil |
| Controladas em conjunto | Denominação | Moeda funcional | País |
| GB Polo Bus Manufacturing S.A.E. | GB Polo | Libra Egípcia | Egito |
| Loma Hermosa S.A. | Loma | Peso Argentino | Argentina |
| Metalpar S.A. | Metalpar | Peso Argentino | Argentina |

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

| | | | |
|---------------------------------------|-------------------|-----------------|-----------|
| Marcopolo Argentina S.A. | Marsa | Peso Argentino | Argentina |
| Rotas do Sul Logística Ltda. | Rotas do Sul | Reais | Brasil |
| San Marino Bus de México S.A. de C.V. | San Marino México | Peso Mexicano | México |
| San Marino Ônibus e Implementos Ltda. | San Marino | Reais | Brasil |
| Superpolo S.A. | Superpolo | Peso Colombiano | Colômbia |
| Hanegas S.A.S. | Hanegas | Peso Colombiano | Colômbia |
| Tata Marcopolo Motors Limited. | TMML | Rupia | Índia |

| Coligadas | Denominação | Moeda funcional | País |
|---|--------------------|------------------------|-------------|
| MVC Componentes Plásticos Ltda. | MVC | Reais | Brasil |
| Poloplast Painéis e Componentes Ltda. | Painéis | Reais | Brasil |
| Spheros Climatização do Brasil S.A. | Spheros | Reais | Brasil |
| Spheros México S.A. de C.V. | Spheros México | Peso Mexicano | México |
| Spheros Thermosystems Colombia Ltda. | Spheros Colômbia | Peso Colombiano | Colômbia |
| WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda. | Wsul | Reais | Brasil |

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas à moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na reserva disponível para venda no patrimônio.

(c) Empresas da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas e controladas em conjunto incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- (i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- (ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- (iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda desses investimentos são reconhecidas no resultado abrangente. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os ajustes no ágio e no valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

5 Ativos financeiros

5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis, incluindo as relações interfinanceiras, são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e outras contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro" ou "Outros receitas (despesas) operacionais, líquidos" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.4 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou a Companhia de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

6 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras".

7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem gastos incorridos nas aquisições, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui parte das despesas gerais de fabricação, alocadas com base na capacidade normal de operação. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração ao seu valor recuperável.

9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada (Nota 12).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício (Nota 12).

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

juros quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização; (c) os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Gastos decorrentes de reposição de um componente a um item do imobilizado que são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, são contabilizados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado.

11 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- . a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- . o *software* pode ser vendido ou usado;
- . o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- . estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- . o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

12 **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

13 **Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

14 **Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

16 Imposto de renda corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Marcopolo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

17 Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritas na Nota 17.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e outros compromissos atuariais são reconhecidos no resultado abrangente do exercício.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e outros compromissos atuariais são reconhecidos no resultado abrangente do exercício.

18 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

19 Reconhecimento da receita

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em considerações o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de venda.

(a) Venda de ônibus

As vendas dos ônibus são reconhecidas sempre que se efetua a entrega dos carros para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o produto adquirido e não há nenhuma obrigação não satisfeita que pudesse afetar a aceitação desses produtos. O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**21 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor****(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações na Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . O IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- . IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:****a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Conforme mencionado no parecer dos auditores independentes, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marcopolo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.